

RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.910 - MS (2018/0275939-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : SERASA S.A
ADVOGADOS : BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO E
OUTRO(S) - MS013116
ANNELISE ARRUDA ADAMES - MS017221
RECORRIDO : GLEICE KELLY SCHWANKA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA MATOS E OUTRO(S) -
MS016005

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. DANOS MORAIS. VALOR EXORBITANTE. ALTERAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Ação de reparação por danos morais e materiais.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a modificação do valor fixado a título de danos morais somente é permitida quando a quantia estipulada for irrisória ou exagerada.
4. Valor da compensação pelo dano moral reduzido para R\$ 3.000,00 (dois mil reais).
5. Recurso especial parcialmente conhecido e nesta parte provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo SERASA S/A, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 14/08/2018

Processo distribuído ao Gabinete em: 06/11/2018

Ação: declaratória c/c indenização por danos morais ajuizada por GLEICE KELLY SCHWANKA DE OLIVEIRA, em face do SERASA S/A, na qual requer a condenação do recorrente ao pagamento de danos morais em razão da inscrição de seu nome no cadastro de proteção ao crédito sem a devida notificação prévia.

Sentença: julgou improcedente o pedido formulado na petição

inicial pela recorrida, condenando-a ao pagamento das custas e honorários advocatícios.

Acórdão: negou provimento aos recursos de apelação interpostos pelas partes, nos termos da ementa a seguir:

APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – INSERÇÃO DO NOME NO CADASTRO DE INADIMPLENTES – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA – DANO MORAL DEVIDO – APELO PROVIDO

A providência prevista no art. 43, § 2º, do CDC deve ser adotada sempre para possibilitar que o consumidor conteste a dívida através da comprovação do pagamento. Em caso de ausência desta notificação prévia a inscrição é ilícita, conforme julgamento do REsp nº 1.061.134/RS que definiu que "a ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, configura danos morais puros".

O valor arbitrado a título de compensação por danos morais deve se ater a critérios como a dimensão do dano, o grau de culpabilidade do ofensor, a capacidade econômica das partes, bem como as peculiaridades do caso concreto, não podendo constituir meio de enriquecimento sem causa. Dano moral arbitrado de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Apelo provido (e-STJ fl. 156).

Embargos de Declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados (e-STJ fls. 179/184) e opostos pela recorrida foram acolhidos (e-STJ fls. 210/213).

Recurso Especial: o recorrente sustenta, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência ao art. 43, §2º, do CDC, aduzindo, em síntese, que a notificação prévia foi encaminhada à recorrida no endereço constante da conta de energia por ela juntada, sendo que a mera postagem da comunicação nos correios é suficiente para comprovar a existência de comunicação ao consumidor.

Defende, ainda, que o valor fixado a título de indenização é excessivo, devendo ser reduzido, nos termos da jurisprudência desta Corte.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

- Julgamento: CPC/2015.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de inexistir documento que comprove a notificação prévia da recorrida, quanto à inscrição de seu nome no cadastro de proteção ao crédito, demandaria o reexame de fatos e provas o que não é permitido na via especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

- Do valor da compensação por dano moral por inscrição indevida em cadastros de proteção ao crédito

O TJ/MS ao julgar o recurso de apelação da recorrida, fixou o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para compensar o dano moral decorrente de inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, reputando o valor como razoável e proporcional à espécie.

Nesse contexto, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a modificação do valor fixado a título de danos morais somente é permitida quando a quantia estipulada for irrisória ou exagerada. Nesse sentido: AgInt no AREsp 840.135/RS, 3ª Turma, DJe de 06/09/2016, e AgInt no AREsp 866.899/SC, 4ª Turma, DJe de 21/09/2016. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

Na presente hipótese, o Tribunal ao fixar os danos morais fundamentou sua decisão no valor da dívida que gerou a inscrição indevida da recorrida e nas condições financeiras das partes, ressaltando que para a vítima o valor não pode ser desproporcional ao seu sofrimento.

Acontece que esta Corte, em hipóteses similares, considerando os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, além das especificidades da situação concreta, definiu como compensação os valores de **R\$ 5.000,00** (AgInt no ARESP 1248366/DF, 3ª Turma, DJe de 18/06/2018; AgInt no ARESP 1166504/RS, 4ª Turma, DJe de 22/05/2018), de **R\$ 4.000,00** (AgInt no REsp 1717886/RS, 3ª Turma, DJe de 30/05/2018; AgInt no REsp 1531600/RS, 3ª Turma, DJe de 18/05/2018); **R\$ 3.000,00** (AgInt no ARESP 1150482/RS, 3ª Turma, DJe de 11/06/2018; AgInt no REsp 1722805/RS, 3ª Turma, DJe de 28/05/2018); e de **R\$ 2.000,00** (AgInt no REsp 1715542, 4ª

Turma, DJe de 21/06/2018; AgInt no ARESP 1224021/RS, 4ª Turma, DJe de 18/06/2018; AgInt no ARESP 959225/RJ, 3ª Turma, DJe de 27/03/2017; AgRg no ARESp 548208/RS, 4ª Turma, DJe de 01/10/2014).

Nesses termos, considerando que o valor arbitrado pelo Tribunal de origem mostra-se excessivo, deve o valor ser reduzido para R\$ 3.000,00 (três) mil reais, merecendo reforma o julgado neste ponto.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e nesta extensão, com fundamento no art. 932, III e V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, DOU-LHE PROVIMENTO, para fixar o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para a compensação do dano moral na espécie.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora